



ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.

CNPJ nº 07.004.980/0001-40

Notas explicativas às informações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros. Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação. A IFRS 18 introduz novas exigências para: Apresentação de categorias e subcategorias na demonstração do resultado; Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e Melhorias nos requisitos de agregação e desagregação de informações. Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados. É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre: Os valores representados ao aplicar a IFRS 18; e Os montantes apresentados anteriormente sob aplicação a IAS 1 (CPC 26). A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027. IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos. O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (e.g., aquelas cujas ações/instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte. A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório: a) For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária); Não tiver responsabilidade pública, e; e Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS. Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso: a) Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou b) Deliver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um seu principal negócio (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros). Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adota a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicar a norma em suas demonstrações financeiras separadas. A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Convertibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

**8. Instrumentos financeiros**  
**a. Gerenciamento de risco financeiro:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento de capital da Companhia. As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que serão aplicadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. **Risco de mercado: Risco de câmbio e cotelional:** A Companhia não está de forma material exposta ao risco cambial, sendo somente aquelas decorrentes de operações da Manufatura Revita onde a receita é gerada em dólar e a receita está sujeita ao risco cotelional (preços de metais preciosos). **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI e IPCA). As principais fontes de risco são Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Debêntures e Notas comerciais (a) e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são:

	Controladora						PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	4.629	-	-	-	-	-	4.629	
Contas a receber de clientes	15.687	2.761	1.611	949	2.450	4.684	28.604	
Outras contas a receber	530	-	-	-	-	-	530	
<b>Total</b>	<b>20.846</b>	<b>2.761</b>	<b>1.611</b>	<b>949</b>	<b>2.450</b>	<b>4.684</b>	<b>33.763</b>	

	Controladora						PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	11.280	-	-	-	-	-	11.280	
Contas a receber de clientes	14.289	4.946	700	7	1.597	1.170	22.641	
Outras contas a receber	545	-	-	-	-	-	545	
<b>Total</b>	<b>26.114</b>	<b>4.946</b>	<b>700</b>	<b>7</b>	<b>1.597</b>	<b>1.170</b>	<b>34.466</b>	

	Consolidado						PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	4.635	-	-	-	-	-	4.635	
Contas a receber de clientes	15.722	2.761	1.611	949	2.450	4.684	28.639	
Outras contas a receber	552	-	-	-	-	-	552	
<b>Total</b>	<b>20.909</b>	<b>2.761</b>	<b>1.611</b>	<b>949</b>	<b>2.450</b>	<b>4.684</b>	<b>33.826</b>	

	Consolidado						PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	12.403	-	-	-	-	-	12.403	
Contas a receber de clientes	14.289	4.946	700	7	1.597	1.170	22.641	
Outras contas a receber	545	-	-	-	-	-	545	
<b>Total</b>	<b>27.237</b>	<b>4.946</b>	<b>700</b>	<b>7</b>	<b>1.597</b>	<b>1.170</b>	<b>35.589</b>	

• **Risco de liquidez:** A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos e instrumentos financeiros disponíveis para serem utilizados em suas operações. O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Controladora						PECLD	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil		
Empréstimos e financiamentos (a)	5.258	4.016	-	-	9.274	8.430	12.403	
Fornecedores e outras contas a pagar	4.383	-	-	-	4.383	4.383	4.383	
Debêntures e Notas comerciais (a)	6.656	9.696	46.872	-	63.224	41.100	67.681	
<b>Total</b>	<b>16.297</b>	<b>13.712</b>	<b>46.872</b>	<b>-</b>	<b>76.881</b>	<b>53.913</b>	<b>84.767</b>	

	Controladora						PECLD	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil		
Empréstimos e financiamentos (a)	5.730	9.306	-	-	15.036	13.059	15.036	
Fornecedores e outras contas a pagar	15.505	-	-	-	15.505	15.505	15.505	
Debêntures e Notas comerciais (a)	6.656	28.568	22.487	-	57.669	37.874	57.669	
<b>Total</b>	<b>27.891</b>	<b>37.874</b>	<b>22.487</b>	<b>-</b>	<b>88.196</b>	<b>65.631</b>	<b>88.196</b>	

	Consolidado						PECLD	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil		
Empréstimos e financiamentos (a)	5.258	4.016	-	-	9.274	8.430	12.403	
Fornecedores e outras contas a pagar	4.383	-	-	-	4.383	4.383	4.383	
Debêntures e Notas comerciais (a)	6.656	9.696	46.872	-	63.224	41.100	67.681	
<b>Total</b>	<b>16.349</b>	<b>13.712</b>	<b>46.872</b>	<b>-</b>	<b>76.933</b>	<b>53.965</b>	<b>84.767</b>	

	Consolidado						PECLD	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil		
Empréstimos e financiamentos (a)	5.730	9.306	-	-	15.036	13.059	15.036	
Fornecedores e outras contas a pagar	15.505	-	-	-	15.505	15.505	15.505	
Debêntures e Notas comerciais (a)	9.524	19.048	19.048	-	47.620	47.072	67.681	
<b>Total</b>	<b>20.754</b>	<b>28.354</b>	<b>19.048</b>	<b>-</b>	<b>68.156</b>	<b>65.631</b>	<b>88.196</b>	

(a) Diferença de valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

• **Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para emitir novos custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novos ações ou reduzir capital. Adicionalmente, a Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para utilização em comparação com parâmetros de mercado. O endividamento líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é:

	2025		2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar	49.530	60.131	49.530	60.131
Caixa e equivalentes de caixa	(12.403)	(12.403)	(12.403)	(12.403)
<b>Total Endividamento líquido</b>	<b>37.127</b>	<b>47.728</b>	<b>37.127</b>	<b>47.728</b>
(-) Caixa e caixa equivalente	(4.629)	(11.280)	(4.635)	(12.403)
<b>(+) Endividamento líquido (a)</b>	<b>32.498</b>	<b>36.448</b>	<b>32.492</b>	<b>35.325</b>
Patrimônio líquido	37.349	49.034	39.070	51.267
Capital social e endividamento líquido (b)	80.847	103.882	82.400	102.492
Quociente de alavancagem (a + b)	57%	53%	56%	51%

• **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

Ativos financeiros:	2025			2024		
	Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	4.629	4.629	11.280	11.280
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	28.604	28.604	22.641	22.641
Outras contas a receber		Custo amortizado	530	530	545	545
<b>Total</b>			<b>33.763</b>	<b>33.763</b>	<b>34.466</b>	<b>34.466</b>
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	4.383	4.383	5.500	5.500
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	41.100	40.157	47.072	47.639
Debêntures		Custo amortizado	53.913	52.970	65.631	66.218
<b>Total</b>			<b>99.396</b>	<b>97.510</b>	<b>118.710</b>	<b>120.357</b>

Ativos financeiros:	2025			2024		
	Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	4.635	4.635	12.403	12.403
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	28.639	28.639	22.641	22.641
Outras contas a receber		Custo amortizado	552	552	545	545
<b>Total</b>			<b>33.826</b>	<b>33.826</b>	<b>35.589</b>	<b>35.589</b>
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	4.435	4.435	5.500	5.500
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	8.430	8.430	13.059	13.059
Debêntures		Custo amortizado	41.100	40.157	47.072	47.639
<b>Total</b>			<b>53.965</b>	<b>53.022</b>	<b>65.631</b>	<b>66.218</b>

**Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com o objetivo de garantir que os valores justos sejam determinados de forma consistente, tanto para ativos quanto para passivos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e **Nível 3** – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e análises de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: • Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis. • Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar são avaliados a valor presente próximo de seus valores justos. • O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes; • Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de títulos análogos em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos; • As debêntures têm seu valor justo calculado pela atualização de indicadores de mercado. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de premissas para chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. **Hierarquia de valor justo:** O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros foi o nível 1.

**9. Aspectos ambientais**

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são gerenciados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais não são reconhecidas no resultado quando decorrem de operações em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aliteros e a minimização dos impactos do alitero após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, vide nota explicativa nº 230. Com exceção das provisões mencionadas acima a Companhia não vê a necessidade de constituir outras provisões contingenciais para perdas relacionadas a questões ambientais.

**10. Caixa e equivalentes de caixa**

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	995	4.092	995	4.093
Certificado de depósito bancário (CDB)	3.633	8.689	3.633	8.689
<b>Total</b>	<b>4.629</b>	<b>12.781</b>	<b>4.629</b>	<b>12.782</b>

	Controladora 2025		Efeito razoavelmente possível no Resultado
	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	
Exposição patrimonial	6.334	614	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	-	614	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18 e 19)	(49.530)	(546)	
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(43.196)	68	

	Consolidado 2025		Efeito razoavelmente possível no Resultado
	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	
Exposição patrimonial	6.339	830	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	-	830	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18 e 19)	(49.530)	(546)	
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(43.191)	132	

	Controladora 2024		Efeito razoavelmente possível no Resultado
	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	
Exposição patrimonial	11.280	1.371	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	-	1.371	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18 e 19)	(60.131)	(7.306)	
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(48.851)	(5.935)	

	Consolidado 2024		Efeito razoavelmente possível no Resultado
	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	
Exposição patrimonial	12.411	1.508	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	-	1.508	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18 e 19)	(60.131)	(7.306)	
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(47.720)	(5.798)	

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida. • **Risco de créditos:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, da Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber de clientes públicos ou prestação de serviço ocorre por meio de contratos de prestação de serviços. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentis no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada.O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.629	11.280	4.635	12.403
Contas a receber de clientes	28.604	22.641	28.639	22.641
Outras contas a receber	530	545	545	545
<b>Total</b>	<b>33.763</b>	<b>34.466</b>	<b>33.826</b>	<b>35.589</b>

	Controladora						PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	-	-	-	-	10	
Contas a receber de clientes	11	28.604	22.641	28.639	22.641	22.641	28.604	
Outras contas a receber	530	545	545	545	545	545	530	
<b>Total</b>	<b>33.763</b>	<b>34.466</b>	<b>33.826</b>	<b>35.589</b>				

	Controladora						PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	11.280	-	-	-	-	-	11.280	
Contas a receber de clientes	14.289	4.946	700	7	1.597	1.170	22.641	
Outras contas a receber	545	-	-	-	-	-	545	
<b>Total</b>	<b>26.114</b>	<b>4.946</b>	<b>700</b>	<b>7</b>	<b>1.597</b>	<b>1.170</b>	<b>34.466</b>	

	Consolidado						PECLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 9				

## ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.

CNPJ nº 07.004.980/0001-40

Notas explicativas as informações financeiras  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo relação dos principais processos:

Empresa	Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
Essencis MG Soluções Ambientais S/A	Execução Fiscal Nº 5013449-26.2017.8.13.0027	Trata-se de Ação de Reintegração de Posses ajuizada pela Brasília Agropecuária e Participações S.S.LTD.A, por meio da qual pretende a reintegração na posse de determinada área do imóvel que seria de sua propriedade, área esta que supostamente teria sido invadida pela Essencis, que teria retirado cerca que havia sido instalada no local e inserido outro cercamento. A área que a Autora pretende ser reintegrada na posse compõe parte do imóvel registrado sob a matrícula nº 114.192, do Serviço Registral Imobiliário de Belém/PA.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$322
Essencis MG Soluções Ambientais S/A	Execução Fiscal Nº 0011255-73.2022.2.03.0163	Em 23/11/2023 o Reclamante distribuiu RT, pleiteando o pagamento de horas extras, intervalos intrajornadas bem como a reversão da justa causa aplicada, com o consequente pagamento de diferenças de verbas rescisórias. Pleiteia, ainda, indenização de período estabilizador por ser membro da "OIP". Ao final, pleiteou indenização por danos morais e honorários sucumbenciais. A reclamada apresentou contestação refulando os pontos da inicial, em especial a comprovação dos fatos que ensejaram na aplicação da justa causa e ausência de horas extras sem a devida contraprestação. Apresentou documentos comprobatórios das alegações defensivas. Realizada audiência de instrução. Oitiva das partes e testemunhas. Julgamento adido sine die.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$202.

## b. Fechamento e pós fechamento de aterro

Controladora e Consolidado	2025	2024
Saldo inicial	7.572	8.350
Constituição de provisão	1.814	3.517
Reversão / realização da provisão	(1.573)	(5.295)
Saldo final	7.813	7.572

Em 01 de dezembro de 2025, os acionistas da Companhia, sem ressalvas ou restrições, aprovaram a distribuição de dividendos propostos, oriundos da reserva de lucros retidos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 20.000. Os dividendos distribuídos serão pagos até 31 de dezembro de 2027. c) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/16, até o limite de 20% do capital social. O limite de 20% foi atingido, razão pela qual não foi constituído reserva em 2025 e 2024. d) **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/16.

**26. Receita operacional líquida**  
São compostos como segue:

Controladora	2024	Controladora	2025	2024
Clientes públicos	18.009	11.183	18.009	11.183
Clientes privados	72.243	70.298	72.243	70.298
Vendas de sucata	5.310	3.977	5.346	3.977
<b>Total da receita bruta</b>	<b>95.562</b>	<b>85.458</b>	<b>95.598</b>	<b>85.458</b>
Deduções sobre as vendas:				
ISS	(4.478)	(4.074)	(4.478)	(4.074)
PIS	(1.567)	(1.403)	(1.567)	(1.403)
COFINS	(7.216)	(6.459)	(7.216)	(6.459)
ICMS	(674)	(588)	(675)	(588)
<b>Receta líquida</b>	<b>(13.935)</b>	<b>(12.524)</b>	<b>(13.939)</b>	<b>(12.524)</b>
<b>Receta líquida</b>	<b>81.627</b>	<b>72.934</b>	<b>81.659</b>	<b>72.934</b>

**27. Custos dos serviços prestados**  
São compostos como segue:

Controladora	2025	Controladora	2024	2025	2024
Salários e encargos	(15.906)	(16.751)	(16.236)	(16.751)	(15.906)
Aluguel	(1.113)	(1.653)	(1.671)	(1.653)	(1.113)
Depreciações e amortizações	(7.725)	(7.498)	(7.803)	(7.508)	(7.725)
Materiais aplicados nos serviços	(6.802)	(6.065)	(6.805)	(6.065)	(6.802)
Serviços de terceiros(a)	(18.517)	(19.943)	(18.747)	(19.943)	(18.517)
Créditos fiscais(b)	1.032	2.613	1.039	2.613	1.032
Custo de sucata	65	-	65	-	65
Energia elétrica	(961)	(673)	(961)	(673)	(961)
Fechamento de aterro	(241)	778	(241)	778	(241)
Outros custos de produção	(1.926)	(2.712)	(1.937)	(2.712)	(1.926)
<b>Total</b>	<b>(52.094)</b>	<b>(51.904)</b>	<b>(53.297)</b>	<b>(51.921)</b>	<b>(52.094)</b>

a) As principais naturezas em serviços de terceiros são referentes a transporte de resíduos, serviços de co-processamento dos resíduos que não são operados no aterro. b) As principais naturezas de créditos fiscais são referentes a PIS e COFINS sobre insumos.

**28. Despesas comerciais**  
São compostos como segue:

Controladora e Consolidado	2025	Controladora e Consolidado	2024
(Reversão) Provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(20)	(33)	(20)
Baixa de débitos de títulos inadimplentes	(16)	(222)	(16)
Prêmios, brindes e doações	(4)	(25)	(4)
Propaganda e publicidade	(44)	-	(44)
Outros	(21)	(86)	(21)
<b>Total</b>	<b>(305)</b>	<b>(366)</b>	<b>(305)</b>

## 29. Despesas administrativas

São compostos como segue:

Controladora	2025	Controladora	2024	2025	2024
Remuneração direta mão de obra	(1.685)	(1.88)	(1.685)	(1.88)	(1.685)
INSS	(338)	(39)	(338)	(39)	(338)
Benefícios	(405)	(91)	(405)	(91)	(405)
FGTS	(92)	(11)	(92)	(11)	(92)
Aluguel	(71)	(39)	(71)	(39)	(71)
Materiais	(149)	(87)	(149)	(87)	(149)
Serviços de Terceiros (a)	(720)	(447)	(720)	(447)	(720)
Tributos, Seguros e Contribuições	(20)	-	(20)	(1)	(20)
Viagens e Estadias	(22)	(6)	(22)	(6)	(22)
Despesas serviços compartilhados	(2.528)	(2.197)	(2.528)	(2.197)	(2.528)
Outros	(25)	(19)	(25)	(19)	(25)
<b>Total</b>	<b>(6.055)</b>	<b>(3.124)</b>	<b>(6.055)</b>	<b>(3.125)</b>	<b>(6.055)</b>

(a) Refere-se consultoria administrativa financeira.

## 30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

Controladora	2025	Controladora	2024	2025	2024
Outras receitas (despesas) eventuais	592	524	596	524	592
Resultado de investimento (a)	-	1.141	-	1.141	-
Resultado na baixa e/ou venda de imobilizado	-	(140)	-	(140)	-
Provisões para contingências	(41)	(17)	(41)	(17)	(41)
Despesas com contingências	(164)	(31)	(164)	(31)	(164)
Patrocínio e doações	(158)	(136)	(158)	(136)	(158)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(31)	(31)	(31)	(31)	(31)
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>1.341</b>	<b>202</b>	<b>1.341</b>	<b>198</b>

(a) Refere-se ao ganho da Compra Vantajosa da Circle Waste (vide nota explicativa 1.1.2)

## 31. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

Controladora	2025	Controladora	2024	2025	2024
Variação monetária ativa	-	463	-	463	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	980	997	1.068	1.028	97
Juros recebidos e descontos obtidos	55	97	55	97	55
Outras receitas financeiras	144	190	144	190	144
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>1.179</b>	<b>1.747</b>	<b>1.267</b>	<b>1.778</b>	<b>1.178</b>
Variação monetária passiva	(6)	(46)	(6)	(47)	(6)
Despesas bancárias	(908)	(301)	(909)	(301)	(909)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(12)	-	(12)	-	(12)
Despesas com multas e moras financeiras	(16)	(70)	(29)	(70)	(16)
Despesas com captação de debêntures	(1.189)	(347)	(1.189)	(347)	(1,189)
Tributos sobre movimentações financeiras	(289)	(121)	(295)	(121)	(289)
Juros sobre empréstimos, financiamento, debêntures e notas comerciais	(8.793)	(8.400)	(8.793)	(8.400)	(8,793)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(11.213)</b>	<b>(9,285)</b>	<b>(11,233)</b>	<b>(9,286)</b>	<b>(11,213)</b>
<b>Total</b>	<b>(10,034)</b>	<b>(7,538)</b>	<b>(8,966)</b>	<b>(7,508)</b>	<b>(10,034)</b>

## 32. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

Controladora e Consolidado	2025	Controladora e Consolidado	2024
Seguro patrimonial	70.247	71.547	70.247
Responsabilidade civil geral	25.000	10.000	25.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000	30.000
<b>Total</b>	<b>125.247</b>	<b>111.547</b>	<b>125.247</b>

## 33. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluente ou antidilutivo (conforme definição do IAS 33 – Lucro por ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

Controladora	2025	Controladora	2024
Lucro aos acionistas da Companhia	8.108	7.369	8.108
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	281	281	281
<b>Lucro por ação – básico e diluído (R\$)</b>	<b>28,85</b>	<b>26,22</b>	<b>28,85</b>

## Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)

Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de ações):

Controladora	2025	Controladora	2024
	281	281	281
<b>Média ponderada de ações ordinárias em circulação</b>	<b>281</b>	<b>281</b>	<b>281</b>

## DIRETORIA

Alan Pierre de Espindula Vieira - Diretor Executivo

Celso Ribeiro Barbosa - Diretor Sem Designação Específica

Wania Pinheiro Magalhães - Diretora Sem Designação Específica

## CONTADOR

Carlos Alberto Vieira

CRC ISP20655/O-0

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
**Essencis MG Soluções Ambientais S.A.**  
Belém - MG

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essencis MG Soluções Ambientais S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles

executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário:** Como consequência das operações a Companhia e suas controladas assumem obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa 23. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente. Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente; (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para a cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e (iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos a necessidade de ajustes de auditoria na provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, sendo estes ajustes não registrados pela diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar a legislação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira completa com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

ERNST &amp; YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-034519/O

Tarcizio Rocha Marques dos Reis - Contador CRC SP- 290778/O

ANUNCIE NO

Diário do Comércio

O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007

comercial@diariodocomercio.com.br  
diariodocomercio.com.br

Diário do Comércio



diariodocomercio



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 09/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/09-04-2026-p1

